AS REDES SOCIAIS COMO CÉNARIO PARA O MOVIMENTO FEMINISTA NEGRO

LEITÃO, Juliana Karen Sousa[1]

REIS, Jovelina Maria Oliveira dos[2]

RESUMO

O presente trabalho contém análise do papel da mídia como espaço de visibilidade do Movimento Feminista Negro. As mídias estudadas foram Instagram e Twitter onde, especificamente, vozes femininas são manifestas prioritariamente sobre questões de gênero, mas sem destaque ao problema do racismo. Os procedimentos metodológicos basearam-se na pesquisa bibliográfica. A base teórica do estudo está focada em autores que tratam de temas sobre gênero e identidade.

Palavras-chave: feminismo negro; mídia; redes sociais; racismo.

ABSTRACT

The present work contains an analysis of the role of the media as a visibility space for the Black Feminist Movement. The media studied were Instagram and Twitter where, specifically, female voices are primarily expressed on gender issues, but without highlighting the problem of racism. The methodological procedures were based on bibliographic research. The theoretical basis of the study is focused on authors dealing with themes about gender and identity.

Keywords: black feminism; media; social network; racism.

1 INTRODUÇÃO

O século em que vivemos tem sido marcado pelo desenvolvimento das novas tecnologias advindas da terceira revolução industrial. Essas tecnologias de comunicação tornaram-se ferramentas para a consolidação dos movimentos sociais, proporcionando reflexão e mobilização de pessoas com interesses semelhantes. Tal avanço tecnológico permitiu, também, a ascensão das redes sociais.

A ampliação do acesso às novas formas de comunicação facilitada pela tecnologia, em específico pelas redes sociais tornaram-se ferramentas de transformação social a partir de discussões, desconstruções e empoderamento.

[1] Universidade Federal do Maranhão - UFMA; Estudante de Comunicação Social – Relações Públicas da UFMA; juliana.karen@discente.ufma.br.

[2] Universidade Federal do Maranhão - UFMA; Professora Doutora Associada ao Departamento de Comunicação Social da UFMA; profajovelina@gmail.com.

Nesse contexto, surge o ciberativismo, ou seja, o ativismo em rede, onde grupos considerados minoritários ecoam suas reivindicações contra uma experiência de opressão social. Dessa forma, movimentos sociais como o feminismo negro utilizam-se das redes online para a disseminação de pautas e para o fortalecimento da identidade negra.

O feminismo negro é um movimento social protagonizado por mulheres negras com o objetivo de promover e trazer visibilidade às suas pautas não manifestas diante de uma sociedade culturalmente machista e historicamente racista. Afinal, o Brasil viveu mais de três séculos de escravidão e mesmo quando a Lei Áurea, em 1888, foi assinada, o acolhimento social aos alforriados não aconteceu, deixando os negros à margem de uma sociedade liderada por brancos que, em sua maioria, discriminavam a raça negra. Assim, o racismo é uma herança que o tempo não foi capaz de extinguir.

Neste artigo tratamos sobre a diferença entre o movimento feminista branco que, embora trave uma luta contra a opressão de gênero, não atua contra o racismo, por tratar-se de um movimento majoritariamente branco. Surgiu, desse contexto, a necessidade de consolidar um movimento que pautasse as opresso e sim postas diretamente às mulheres negras. Nosso objetivo geral é, portanto, analisar como as redes sociais possibilitam a visibilidade desse movimento minoritário, trazendo uma reflexão sobre as diferentes formas de opressão sofrida pelas mulheres negras, e o necessário reconhecimento do seu lugar de fala.

Abordamos, dentro da discussão teórica, a diferença entre o movimento Feminista Branco e o movimento Feminista Negro, questões sobre interseccionalidade, lugar de fala e a influência das redes sociais para a consolidação do movimento social feminista negro. Como procedimento metodológico utilizado a pesquisa bibliográfica, partindo dos conceitos de teóricos estudados.

2 MOVIMENTO FEMINISTA MAJORITARIAMENTE BRANCO

O movimento Feminista surgiu no século XIX e foi protagonizado por mulheres que lutavam em favor da igualdade política e jurídica entre os sexos. O movimento foi organizado ao longo da história de diversas maneiras e em vários momentos. Em alguns desses momentos houve um acúmulo de reivindicações e conquistas que se

denominaram “ondas". Nesse sentido, uma forma de identificar as ondas do feminismo está de acordo com as suas demandas ou reivindicações, e análise dos ideais defendidos pelas feministas. O movimento Feminista é caracterizado por três diferentes “ondas" assim classificado em função das reivindicações majoritárias dos movimentos femininos em cada momento histórico. Dessa forma, o movimento feminista luta contra a situação de inferioridade em que vive a mulher, na sociedade.

Importa destacar que enquanto movimento organizado o feminismo surge apenas na metade do século XIX, e recebe a denominação de primeira “onda", cujas reivindicações eram por direitos considerados básicos como o voto e a participação na vida política. Todavia, as reivindicações não incluíam as mulheres negras. Vale ressaltar que a sociedade do século XIX era basicamente uma sociedade industrial que seguia os rumos do capitalismo, era também cientificista e economicamente liberal. Mas é ainda nesse século que surge o socialismo, os questionamentos contra a burguesia, a luta por direitos dos operários e por participação política. Nada disso, porém, incluía as mulheres, principalmente as negras, haja vista que o lugar das mulheres brancas sempre foi o interior do lar, enquanto as mulheres negras lutavam por libertarem-se da escravidão. Diversas foram as vitórias das mulheres nesse período, sendo a mais importante delas o direito ao voto, conhecido como “movimento sufragista”. De modo geral, as feministas questionavam papéis submissos e passivos que eram impostos às mulheres. Nesse sentido, Joan Bamberger (1979) afirma que

> A maioria das descrições dos processos sociais tratou a mulher como um ser teoricamente desinteressante porque em todo o lugar o homem tende a obter mais prestígio do que a mulher e porque ele usualmente é veiculado a papéis sociais de domínio e autoridade. A mulher que exerce o poder é vista como desviada, manipulada, ou na melhor das hipóteses, uma exceção. (BAMBERGER, 1979, p.26).

A segunda onda do feminismo tem início em meados da década de 1950. Podemos afirmar que foi o momento mais importante do movimento feminista, pois foi nessa época quando surgiram diversos estudos com foco nas mulheres, onde se construíram teorias sobre a opressão feminina. Assim, a segunda onda caracteriza-se por ter sido a fase de luta por direitos reprodutivos e discussões acerca da sexualidade.

Sendo assim, é na segunda onda do feminismo que surge um dos mais importantes debates, a partir da obra de Simone de Beauvoir, O Segundo Sexo, no qual a autora afirmava que “não se nasce mulher, torna-se mulher” (1949, p. 7). A ideia era a de distinguir sexo de gênero, considerando que o sexo é biológico e gênero, o resultado de uma construção social, um conjunto de características e de papéis impostos à pessoa, dependendo de seu sexo. Através dessa perspectiva, portanto, foi que as feministas da segunda onda buscaram identificar a origem da opressão feminina, ao questionarem o que as mulheres teriam em comum que justificasse a sua inferioridade em ralação aos homens. Assim,

> A desvalorização universal das mulheres, certamente poderíamos nos basear no fato do determinismo biológico. Há algo de geneticamente inerente no macho (das espécies) de maneira que os deterministas biológicos argumentariam que isto naturalmente o torna o sexo dominante; este “algo” falta às fêmeas e como resultado, as mulheres [...] são naturalmente subordinadas. (BAMBERGER, 1979, p. 99)

É perceptível, portanto, que a imagem da mulher sempre esteve inferiorizada social e economicamente a uma sociedade patriarcal. No entanto, agora já inseridas no mercado de trabalho, a luta das feministas da segunda onda, em especial das mulheres brancas, era contra a jornada dupla/tripla de trabalho das mulheres; contra a diferença de ganhos econômicos entre homens e mulheres, e a divisão sexual do sistema educacional e do mercado de trabalho. A segunda onda tinha como proposta teórica o entendimento das estruturas que oprimiam as mulheres, assim como as relações de poder de dominação masculina subsumidas nas estruturas sociais.

A terceira onda do feminismo inicia-se na década de 1990 e é caracterizada pela busca de total liberdade de escolha das mulheres em relação às suas vidas. Nesse contexto, entende- se que comportamentos e opressões são resultados de construções sociais e, assim sendo, podem e devem ser discutidos e desconstruídos.

Foi na terceira onda do feminismo que ocorreu o avanço tecnológico, quando a internet causou uma revolução em termos de comunicação. O feminismo, portanto, não demorou a usar os espaços virtuais, principalmente as redes sociais.

Sendo assim, fala-se em feminismo branco, visto que o movimento não reconheceu privilégios da raça/cor de mulheres brancas, consequência da herança racista da escravidão, ignorando pautas que atingissem somente essas mulheres.

Percebe-se, portanto, que a invisibilidade da mulher negra não deixou de acontecer nem mesmo no interior do movimento feminista.

3 MOVIMENTO FEMINISTA NEGRO: Sobre minorias dentro de minorias

O movimento Feminista Negro é um movimento social segmentado e protagonizado por mulheres negras com o objetivo de trazer visibilidade às pautas até então não manifestas pelo movimento feminista. Isso porque, ainda que a principal bandeira do movimento fosse à luta contra a inferioridade da mulher na sociedade, não considerou combater a opressão a que as mulheres negras são submetidas e não reconheceu os privilégios de ser branca em uma sociedade pós-escravagista. Daí, a afirmação da existência de minorias dentro de minorias.

O termo “minorias" diz respeito a grupos sociais específicos associados às condições mais frágeis, como no caso das mulheres negras. Nada tem a ver, portanto, com aspectos quantitativos, e sim, com uma situação de desvantagem social. Assim, “minoria não é uma fusão gregária mobilizadora, como massa ou a multidão ou ainda um grupo, mas, principalmente, um dispositivo simbólico com uma intencionalidade ético-política dentro da luta contra-hegemônica” (NUNES apud AMARAL, 2017, p.3).

A luta das mulheres negras ocorre desde a primeira onda do feminismo. No entanto, enquanto as mulheres brancas batalhavam pelo direito ao voto e participação na vida política, as mulheres negras, além de lutarem por seus direitos políticos, pelejavam por algo ainda mais profundo, que foi a abolição da escravatura. Nesse sentido, Truth, ao reproduzir seu famoso discurso “E eu não sou mulher?” reiterou como a situação da mulher negra era drasticamente diferente da condição das mulheres brancas.

> Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres numa carruagem, que é preciso carregá-las quando atravessam um lamaçal e que elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (Discurso intitulado “E eu não sou mulher?” apresentado pela ex escrava Sojourner Truth na Convenção dos Direitos das Mulheres, em Ohio, EUA, em 1851 apud RIBEIRO, 2016, p.2).

Em continuidade, foi na segunda onda que o movimento feminista negro ganhou forças, momento no qual mais se desenvolveram teorias sobre a situação inferior em que viviam as mulheres. Os estudos ampliaram as discussões femininas incluindo variáveis como raça e classe. Dessa forma, as feministas entenderam que havia diferenças num mesmo grupo social que davam margem à construção de movimentos levando em consideração identidades e experiência quanto às questões de raça e de classe, principalmente. É nesse momento que o feminismo negro se desenvolve para, assim, abordar questões sobre a opressão especificamente imposta à mulher negra. Neste cenário, aborda-se o conceito de “interseccionalidade" levando em consideração os vários tipos de opressão que ganha força apenas na terceira onda do movimento. Bell Hooks (2000), ao referir-se à importância do feminismo negro destaca como as diversas formas de opressão se encontram gerando outras formas de opressão:

> É essencial para o prosseguimento da luta feminina que as mulheres negras reconheçam a vantagem especial que nossa perspectiva para criticar a marginalidade nos dá e fazer uso dessa perspectiva para criticar a dominação racista, classista e a hegemonia sexista, bem como refutar e criar uma contra hegemonia. (HOOKS 2000, apud RIBEIRO 2016, p.2).

Nesse sentido, a construção do Feminismo Negro no Brasil se inicia nas décadas de 1970 e 80, já que o Movimento Negro Unificado (MNU), uma das principais organizações daquele período, defendiam o antirracismo, mas não ausência do machismo. Além disso, o Movimento Feminista era composto, principalmente, por mulheres brancas que acabaram por invisibilizar questões da opressão racial.

> [...] como instituição racista e omissa, as organizações de direito das mulheres que nada faziam pela população negra, ainda limitada pelas amarras da pós-Abolição, pois sequer incluíam as mulheres negras em suas organizações ou acatavam as denúncias da opressão destas. (DAVIS, 2016 apud SANTOS, 2017, p.64-65).

Frente a esse cenário, se fez necessário o surgimento do Movimento Feminista Negro cujo propósito era permitir às mulheres negras espaços que levassem em consideração seu gênero e sua raça. Como Roberto da Matta leva a crer, “raça é um dos marcadores sociais mais importantes em nossa sociedade, ela, necessariamente, estava presente no campo semântico das definições de gênero”. (CÔRREA, 2009, p.247).

3.1 A Interseccionalidade

O racismo e o machismo são um dos fatores responsáveis por manter as relações de poder estabelecidas em nossa sociedade, contribuindo para a exclusão social das mulheres negras. Assim, o termo interseccionalidade aponta para as diversas formas de opressão que uma mesma pessoa pode sofrer, neste caso, a mulher negra, vítima que é do machismo e do racismo. O termo surgiu com Kimberlé Crenshaw, que afirma:

> A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002 apud RIBEIRO 2016 p.3)

Além disso, em uma sociedade de supremacia branca existe a necessidade de se debater o feminismo negro, haja vista que durante séculos foi negado às mulheres negras o direito de ecoar vozes que as representassem. Reflexo, portanto, de mais de três séculos de escravidão no Brasil, visto que o negro mesmo após a abolição da escravatura não foi aceito na sociedade, tornando-se vítima do preconceito e da discriminação ainda presentes na atualidade. Entretanto, as mulheres negras vivem em uma situação bem mais delicada, quando se leva em conta que a subalternidade que está submetida não está limitada apenas ao poder do homem – seja ele branco ou negro – mas é também inferiorizada diante da mulher branca. Não há, portanto, nas mulheres negras, “privilégios sociais”. Sobre esta situação, Kilomba (2012) traz a seguinte reflexão:

> Por não serem nem brancas, nem homens, as mulheres negras ocupam uma posição muito difícil na sociedade supremacista branca. Nós representamos uma espécie de carência dupla, uma dupla alteridade, já que somos a antítese de ambos, branquitude e masculinidade. Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro e nunca si mesma. [...] Mulheres brancas tem um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos [...] pois são homens, mas não são brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o “outro” do outro. (KILOMBA, 2012 apud RIBEIRO, 2016, p.4)

Pensar na interseccionalidade é, portanto, refletir sobre as diversas formas de opressão, sendo estas, estruturais. Os discursos de opressão estão enraizados e têm o poder de estruturar a sociedade estabelecendo as relações de poder. Segundo Foucault (1999),os discursos estão em processo, dialogam, de certa forma, com outros discursos já proferidos na sociedade e nos constituem enquanto sujeitos. Citado por Amaral (2017), Foucault faz a seguinte ponderação:

> Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado de bem além de todo começo possível. Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo [...] não haveria, portanto, começo; e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível. (FOUCAULT, 1999 apud AMARAL, 2017, p.2).

Sabe-se que todo discurso está impregnado de ideologia, sendo os que contribuem para a marginalização social da mulher negra estão plenos da ideologia machista e racista. Através desses discursos de opressão é que as mulheres negras se constituem enquanto minorias. Sendo assim, um dos objetivos do feminismo negro é marcar seu lugar de fala, e para isso é necessário lutar contra as identidades que foram construídas a partir de um discurso masculino e branco.

De acordo com o entendimento de Butler (2012), apesar das marcações que circulam a categoria *mulher*, esta não é insuficiente, visto que não preenche todo o significado que carrega. Nesse sentido, é afirmado que,

> Se alguém "é" uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gêneros da "pessoa" transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas por que gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. (BUTLER, 2012, p. 20)

4 O QUE É LUGAR DE FALA?

Refletindo sobre o Movimento Feminista ao longo dos anos, percebemos que as mulheres negras precisavam disputar espaços para ecoar suas vozes que ao longo do tempo foram silenciadas. Ou seja, contextualiza-se o não-lugar das mulheres

negras na participação do movimento Feminista ao longo da história. Assim, é necessário contrapor-se aos discursos opressores que constituem a marginalização social em que vivem as mulheres negras.

Para Foucault, discurso também é um sistema que, sobretudo, diz respeito ao poder e ao controle. É com base nessa afirmativa que Djamilla Ribeiro (2017) faz algumas considerações sobre a expressão lugar de fala, que abordamos em seguida. No entanto, não há uma origem para o conceito e a hipótese mais provável é que tenha surgido a partir da discussão sobre *feministst and point*, em tradução livre significa “ponto de vista feminino”, é o lugar onde se vê e se fala. Trata-se da posição social ocupada pelo sujeito que é oprimido. Assim, é afirmado que “a partir do ponto de vista feminista é possível falar de lugar de fala”. (RIBEIRO, 2017, p.59)

Todavia, lugar de fala não se refere necessariamente a indivíduos dizendo algo, mas a um conceito que aborda as diferentes visões de mundo que se apresentam de forma desigual. Djamilla destaca que “não estamos falando de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania”. (RIBEIRO,2017, p.61)

Trata-se, portanto, de um debate estrutural. Por isso, leva-se em conta a posição de minorias nas relações de poder, o que chamamos de marcadores sociais, de raça, gênero e classe. São os elementos que constroem a estrutura social e impedem que certos grupos sociais tenham direito à fala. Contudo, o falar não se restringe somente ao ato de emitir palavras, mas ao de existir. É o falar por si, ser protagonista da própria luta, é o contraponto ao silenciamento da voz de minorias por grupos que têm privilégios. Dessa forma, o conceito de lugar de fala nos ajuda a compreender que os discursos marcam as relações de poder institucionalizadas na sociedade.

A ativista negra Joice Berth entende que o lugar de fala “é o limite que mostra que, por mais que eu tenha consciência das opressões que não são minhas, as minhas experiências não são suficientes para falar por outros.” (Apud MOREIRA; DIAS, 2017). Não se trata, portanto, de calar o homem ou a mulher branca, ou qualquer pessoa que esteja hierarquicamente numa posição social privilegiada, mas

de abrir espaço para que as vozes das mulheres negras sejam ouvidas e levadas a sério e, além disso, que estejam presentes nas esferas de poder.

Sendo assim, o lugar de fala desconstrói a ideia do ponto de vista universal, isto é, alguém que pode falar por todos e representar a todos. É necessário, portanto, mostrar que pessoas têm experiências de mundo diferentes. E uma não pode falar pela experiência da outra.

5 AS REDES SOCIAIS E O MOVIMENTO FEMINISTA NEGRO

Com a difusão da internet na década de 1990 houve maior facilidade em conectar as pessoas, resultado disso são as redes sociais. São uma estrutura que relaciona pessoas, que estão conectadas pelas mais diversas relações. Assim, de acordo com Manuel Castells “somos uma sociedade em rede e vivemos a era da informação”. (CASTELLS, 1999 apud FERREIRA, 2011, p.2) Com o avanço nas redes sociais a forma de relação entre as pessoas foi se alterando e afetando também a cultura e nos modos de produção. Dessa forma, as redes sociais são

> Uma representação formal de atores e suas relações e que uma rede social se refere a um conjunto de pessoas, organizações ou outras entidades sociais conectadas por relacionamentos sociais, motivados pela amizade e por relações de trabalho ou compartilhamento de informações e, por meio dessas ligações, vão constituindo e reconstruindo a estrutura social. (TOMAÉL; MARTELETO, 2006, apud FERREIRA, 2011, p.6).

Ainda que a inclusão digital ainda não tenha se estabelecido em muitos países em desenvolvimento, no Brasil é alta e reforça a globalização. Nesse sentido, “podemos chamar a cultura contemporânea, marcada pelas redes telemáticas, pela troca online e pela navegação em rede global que busca agregar e cambiar informação e material simbólico, de cibercultura”, segundo (LEMOS, 1997 apud MALTA; OLIVEIRA, 2016, p.6).

Nesse sentido, quando nos referimos à cibercultura marcada principalmente pela troca online em busca de agregar e transmitir mais informações, falamos de novas tecnologias, sociedade e cultura. Além disso, a cibercultura intensifica a troca de informações e as relações. Nesse cenário, as organizações de mulheres negras como movimentos sociais se solidificaram e através das redes sociais passaram a combater o racismo, o sexismo e o machismo. Dessa forma, entendemos que o uso das redes

sociais é importante para a criação de agentes transformadores na sociedade. Assim, desenvolve-se o ciberativismo que é,

> [...]toda estratégia que persegue a mudança da agenda pública, a inclusão de um novo tema na ordem do dia da grande discussão social, mediante a difusão de uma determinada mensagem e sua propagação através do "boca a boca" multiplicado pelos meios de comunicação e publicação eletrônica pessoal. (UGARTE, 2008, apud MALTA; OLIVEIRA, p.7)

A entrada das feministas no ciberespaço acontece nos anos 1990, coincidindo com o início do processo de popularização do feminismo, conforme mencionado anteriormente. Frente a esses fenômenos percebemos que o Feminismo Negro ganha inserção nesses ciberespaços, através das redes sociais, em especial, o Twitter e o Instagram. Nesses espaços virtuais as mulheres negras têm conquistado visibilidade cada vez maior.

> [...] através das redes sociais, os discursos e narrativas desse segmento têm saído da invisibilidade, ganhado notoriedade entre os mais diversos públicos e, com isso, tornado visíveis as suas demandas relacionadas ao combate ao racismo e ao machismo cotidiano. (MALTA; OLIVEIRA, 2016, p.6).

Estes novos espaços de produção e veiculação de informação fornecida pela internet se apresentam para as feministas negras como uma oportunidade de combater os discursos que marcam negativamente as mulheres negras. Assim, ao mobilizar reflexões acerca de assuntos como racismo, machismo e classe, as mulheres negras confrontam discursos que invisibilizavam suas experiências enquanto mulheres e negras, por meio das redes sociais.

Sendo assim, as redes sociais abriram caminho para que as feministas negras criassem representatividade positiva na mídia. Exemplo disso são a múltiplas imagens e tutoriais compartilhados incentivando o abandono ao alisamento dos cabelos, dicas e uso de produtos de maquiagem para a pele negra, visto que pela falta de representatividade os produtos estéticos não tinham como público as mulheres negras. É, portanto, através das plataformas digitais que as feministas negras têm conseguido a atenção midiática para as questões de raça e gênero. O Feminismo Negro em atuação na internet busca não apenas um espaço de compartilhamento e troca, mas, principalmente, formas de participação na sociedade.

As redes sociais são, portanto, importantes ferramentas de transformação na medida em que apresentam potencial multiplicador da conectividade e seu alcance

para além fronteiras. Os novos contornos dos movimentos sociais na internet mostram que para além da representatividade, o que se busca é a participação na sociedade, propiciando às mulheres negras um protagonismo neste novo marco social.

6 CONCLUSÃO

Neste breve estudo buscamos refletir sobre a forma como o movimento Feminista Negro foi se consolidando ao longo do tempo até alcançar novas formas de atuação com foco nas ações através da internet e redes sociais, na atualidade. Ao longo dos anos o racismo e o machismo invisibilizaram as vozes das mulheres negras, imputando-lhes uma posição hierarquicamente inferior na sociedade.

O racismo e o machismo ainda são parte dos discursos da sociedade. No entanto, o avanço das redes sociais contribuiu para fortalecer importantes movimentos, como o Movimento Feminista Negro que se consolidou na contramão das mídias tradicionais como televisão e rádio que contribuíam para a propagação dos discursos de opressão.

É inegável a visibilidade que o ciberativismo pode trazer para as pautas dos movimentos sociais. Em um mundo cada vez mais digitalmente conectado, faz-se necessário também que a própria reivindicação de direitos encontre espaço no meio virtual, o ciberespaço.

Nesse sentido, o que se vê é que as redes sociais têm sido o principal instrumento para a atuação das mulheres negras na sociedade. Os discursos compartilhados estão contribuindo para a formação de uma rede onde outras mulheres negras conseguem se enxergar e buscar meios para enfrentar esse problema presente no próprio cotidiano, por meio do seu lugar de fala.

O ativismo de mulheres negras na internet tem modificado o cenário, não só no ambiente virtual, como também fora dele, provocando, assim, transformações sociais e culturais na sociedade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Victor; CANDORIN, Fábio. **Exclusão de minorias na sociedade pós-moderna:** ferramentas foucaultianas de controle do discurso. Rio de Janeiro. 2017

BAMBERGER, J. et al. **A mulher, a cultura, a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BEAUVOUIR, Simone de. **O Segundo Sexo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira,1980.

BLOG QG FEMINISTA. **O que são as ondas do feminismo?** Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/o-que-são-as-ondas-do-feminismo-eeed092dae3a>. Acesso em: 28 jun. 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero:** feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 4° Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CORRÊA, Mariza. Sobre a Invenção da Mulata. In PISCITELLI, A. et al. **Olhares Feministas**. 1.ed. Brasília: Ministério da Educação.2009; p.239-249.

COSTA, Ana Alice. O movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In PISCITELLI, A. et al. **Olhares Feministas**. 1. ed. Brasília: Ministério da Educação. 2009. p.52-81.

FERREIRA, Gonçalo. **Redes Sociais de Informação:** uma história e um estudo de caso. Minas Gerais. 2011. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1149/918>. Acesso em: 29 abr.2020.

JOHNSON, Telma; LIMA, Pedro; RIBEIRO, Marcela. **Apropriações Midiáticas do Feminismo Negro na Contemporaneidade.** Minas Gerais. 2017. Disponível em: < https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3327>. Acesso em: 29 abr.2020.

MALTA, Renata; OLIVEIRA Laila. **Enegrecendo as Redes:** O Ativismo de Mulheres Negras no Espaço Virtual**.** 2016. Disponível em: < https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31234/18323>. Acesso em: 29 abr. 2020.

MORAES, Dênis. Ciberativismo o que é? **Ciberativismo- Medium,** 30 abril.2016. Disponível em: < https://médium.com/@ciberativismo/ciberativismo-o-que-é-b7e9b3c4f4ef>. Acesso em: 05 jun. 2019.

MOREIRA, Matheus; DIAS, Tatiana. O que é 'lugar de fala' e como ele é aplicado no debate público. **Jornal Nexo.** 16, jan/2017. Disponível em:<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/01/15/O-que-é-'lugar-de-fala'-e-como-ele-é-aplicado-no-debate-público>. Acesso em: 28 jun. 2019.

OLIVEIRA, Laila. **Narrativas em Rede:** O Feminismo Negro nas Redes Sociais. 2016. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/12873/2/NarrativasRedeFeminismoNegro.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2020.

RIBEIRO, Djamilla. **Feminismo Negro para um novo marco civilizatório.** Rio de Janeiro: Letramento, 2016.

RIBEIRO, Djamilla. **O que é lugar de fala?** Rio de Janeiro: Letramento, 2017.

SANTOS, I.C; OLIVEIRA, E. **Experiências das mulheres na escravidão, pós-abolição e racismo no feminismo em Ângela Davis**. São Paulo. 2017. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000100804>. Acesso em: 29 abr.2020.

SANTOS, ANA Carolina. **Para "abrir" gênero:** raça, corporeidade e sexualidade como tensões teóricas e política produtivas para o feminismo. São Paulo. 2018. Disponível em: <https://www.academia.edu/38254713/Para_abrir_g%C3%AAnero_ra%C3%A7a_corporeidade_e_sexualidade_como_tens%C3%B5es_te%C3%B3ricas_e_pol%C3%ADticas_produtivas_para_o_feminismo>. Acesso em: 29 abr. 2020.